

CAPÍTULO 9

MULHERES NEGRAS SURDAS: ANCESTRALIDADE, INTERSECCIONALIDADE E TERRITORIALIDADES DE (RE)EXISTÊNCIA

 <https://doi.org/10.68044/m07kvq95>

Priscilla Leonnor Alencar Ferreira ¹

Doutora em Estudos Étnicos e Africanos pelo Programa de Pós-Graduação Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos (Pós-Afro).

Jeanie Liza Marques Ferraz de Macedo ²

Docente de Libras na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e doutoranda em Ciência da Literatura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Erika Vanessa de Lima Silva ³

Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Ronise Conceição de Oliveira ⁴

Pós-graduação em Tutoria em Educação a Distância (EaD).

Márcia Cristina Paulo dos Santos ⁵

Graduada em Letras–Libras pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Mestra profissional em Educação Bilíngue do Departamento de Ensino Superior do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

RESUMO: Este artigo analisa as experiências de mulheres negras surdas a partir das relações entre ancestralidade, interseccionalidade e territorialidades de (re)existência, considerando os atravessamentos de raça, gênero, surdez, linguagem e pertencimento social. Fundamentado em pesquisa bibliográfica, o estudo dialoga com produções sobre feminismo negro surdo, direitos linguísticos, colonialidade, literatura negra surda, movimentos sociais e educação. Evidencia-se que racismo, sexismo, ouvintismo, capacitismo e desigualdades sociais não atuam de forma isolada, mas se articulam na produção de violências, silenciamentos e barreiras de participação. Ao mesmo tempo, narrativas de vida, escrituras, práticas artísticas, uso da Libras, militância e vínculos territoriais revelam processos de afirmação identitária, memória e resistência. Conclui-se que reconhecer mulheres negras surdas como sujeitas políticas e epistêmicas exige ampliar sua presença na produção científica, nas políticas públicas e nos espaços educativos, valorizando seus saberes, suas experiências visuais e suas formas próprias de (re)existir em diferentes territórios sociais, culturais, linguísticos, políticos e acadêmicos.

Palavras-chave: Mulheres negras surdas; Interseccionalidade; Ancestralidade; Territorialidades; (Re)existência.

INTRODUÇÃO

A compreensão das experiências sociais, culturais, linguísticas e políticas de mulheres negras surdas exige o abandono de perspectivas que tratam gênero, raça e surdez como categorias independentes ou como características que simplesmente se acumulam sobre um mesmo sujeito. A experiência da mulher negra surda constitui-se no entrecruzamento de estruturas historicamente determinadas de poder, entre as quais se destacam o racismo, o sexismo, o patriarcado, o capacitismo, o ouvintismo, a colonialidade e as desigualdades de classe. Essas estruturas não operam de maneira paralela, mas produzem condições específicas de existência, formas

particulares de violência e, simultaneamente, modos singulares de resistência, pertencimento, produção cultural e elaboração identitária.

A necessidade de aprofundamento desse debate decorre, inicialmente, da reduzida presença da mulher negra surda na produção científica brasileira. O estado da arte realizado por Miranda (2019), ao investigar pesquisas sobre surdez com recorte racial produzidas no Brasil entre 2012 e 2017, identificou apenas três dissertações de mestrado no período analisado, evidenciando a incipiência do diálogo entre os estudos da surdez e as relações étnico-raciais. A autora ressalta que a ampliação dessa produção é necessária não apenas quantitativamente, mas também em termos de rigor teórico e metodológico.

Análises posteriores demonstram que essa lacuna não foi superada. Campos e Bento (2022), ao examinarem pesquisas brasileiras entre 2005 e 2021 relacionadas à interseccionalidade, surdez e feminismo surdo, encontraram produção extremamente reduzida, ressaltando hiatos epistêmicos persistentes na investigação das relações entre raça, gênero, surdez e outros marcadores sociais. Tavares (2026), em investigação especificamente dedicada ao mapeamento da produção acadêmica brasileira sobre mulheres negras surdas, reafirma a permanência de silenciamentos, invisibilidades e baixa quantidade de estudos que reconheçam essas mulheres como sujeitos políticos e epistêmicos.

Tal ausência não pode ser interpretada como mera lacuna bibliográfica. Trata-se de um problema epistemológico relacionado às próprias estruturas de produção e legitimação do conhecimento. Mulheres negras surdas estiveram historicamente presentes em instituições escolares, associações, comunidades surdas, movimentos sociais, famílias, espaços religiosos, ambientes de trabalho e manifestações culturais, mas sua presença concreta nem sempre correspondeu à constituição de um lugar de enunciação reconhecido. Há, portanto, uma diferença entre existir socialmente e ser reconhecida como produtora legítima de saberes.

Brito *et al.* (2021) formulam essa problemática a partir da ideia de um “não-lugar” produzido no interior de diferentes movimentos reivindicatórios. A mulher negra surda pode não encontrar plena representação no movimento negro, quando as particularidades linguísticas e culturais da surdez são secundarizadas; pode permanecer periférica no movimento feminista, quando a experiência da surdez é desconsiderada; e pode tornar-se invisível no próprio movimento surdo quando as relações raciais e de gênero não são suficientemente problematizadas. Os autores sustentam que gênero, raça e surdez constituem uma interconexão capaz de posicionar essas mulheres em uma esfera específica de subalternização.

É nesse contexto que a interseccionalidade se torna imprescindível. Não se trata de contabilizar quantas formas de

discriminação recaem sobre determinada pessoa, mas de investigar como diferentes relações de poder se constituem mutuamente e produzem uma experiência que não pode ser explicada isoladamente pelo racismo, pelo sexismo ou pelo ouvintismo. Silva *et al.* (2023) discutem a interseccionalidade articulando raça, gênero e surdez e enfatizam a agência das mulheres negras na construção de processos de identidade, autodefinição e enfrentamento das estruturas de subalternização.

A problemática torna-se ainda mais complexa quando se considera que a surdez, neste campo de estudos, não pode ser reduzida a uma deficiência sensorial. A comunidade surda constitui espaços linguísticos e culturais mediados prioritariamente pela experiência visual e pela Língua Brasileira de Sinais – Libras. A língua participa da produção identitária, da constituição de redes comunitárias, da organização política, da circulação de saberes e das possibilidades de narrar a própria experiência. Assim, a negação ou restrição do acesso à Libras representa também uma forma de interdição da participação social.

Os direitos linguísticos encontram-se diretamente ligados aos direitos existenciais. Santos e Rezende (2021) demonstram que a subalternização de pessoas negras surdas deve ser compreendida no interior de uma matriz colonial que articula raça, linguagem, gênero, sexualidade, classe e outras categorias de classificação social. Para os

autores, a negação dos direitos linguísticos e a dominação dos corpos negros surdos estão relacionadas às estruturas de colonialidade que privilegiam padrões branco-ouvintistas.

Essa reflexão permite compreender que os corpos das mulheres negras surdas não constituem superfícies neutras. Cor, cabelos, traços fenotípicos, gênero, expressões corporais e o uso de uma língua visual podem tornar-se socialmente interpretados por regimes classificatórios historicamente estabelecidos. Ao mesmo tempo, esses corpos podem constituir espaços de insurgência, memória e produção de sentidos. A corporalidade negra surda deixa de representar apenas o lugar no qual incidem mecanismos de opressão e passa a ser reconhecida como território de conhecimentos, linguagens, performances, histórias e resistências.

Por essa razão, o conceito de **territorialidades** empregado neste estudo ultrapassa a dimensão estritamente geográfica. A territorialidade é compreendida em sua multiplicidade: envolve o território-corpo, o território linguístico da Libras, os espaços comunitários surdos, os movimentos sociais, os territórios negros, as regiões geográficas concretas nas quais as trajetórias se desenvolvem, os espaços educativos e profissionais e, contemporaneamente, os ambientes digitais em que circulam produções culturais em língua de sinais.

Essa perspectiva encontra forte sustentação nas experiências analisadas na Amazônia Tocantina. Siqueira e Oliveira (2026) investigam as escrevivências de uma mulher negra surda vinculada ao município de Igarapé-Miri, no Pará, articulando educação, movimento social surdo, identidade, resistência e protagonismo. A pesquisa evidencia que a trajetória da participante se constitui em relação direta com seu território de origem, com a aquisição da Libras, com sua participação comunitária e com processos de reconhecimento identitário.

Em investigação relacionada ao mesmo contexto amazônico, Siqueira e Pinto (2025) analisam a história de vida de uma mulher negra surda participante do movimento surdo em Igarapé-Miri. Os processos de reconhecimento da negritude, da condição de mulher, da experiência surda e da militância aparecem articulados, demonstrando que a formação identitária ocorre nas relações entre indivíduo, coletividade, território e movimento político.

A opção pelo termo **(re)existência**, por sua vez, procura evidenciar que a resistência não consiste exclusivamente em reagir às estruturas de dominação. Reexistir significa reconstruir modos de estar no mundo, produzir significados próprios, recuperar pertencimentos, construir outras formas de reconhecimento e transformar experiências de silenciamento em possibilidades de enunciação. Nas narrativas analisadas por Ferreira *et al.* (2022), experiências de racismo

estrutural, capacitismo e discriminação de gênero atravessam as trajetórias de mulheres negras surdas, mas também participam de processos posteriores de autoconhecimento e (re)existência.

A ancestralidade integra esse movimento como dimensão de continuidade histórica e cultural. No conjunto documental analisado, o termo não aparece sempre explicitamente formulado como categoria autônoma. Entretanto, a ancestralidade manifesta-se por meio das referências às raízes, à memória coletiva, à estética negra, aos cabelos, às histórias familiares, às lutas herdadas, à produção cultural, à literatura negra surda e à continuidade dos movimentos de resistência construídos por gerações anteriores. Santos e Rezende (2021), por exemplo, relacionam os movimentos sociais às resistências herdadas de ancestrais, com destaque para o protagonismo histórico das mulheres negras.

Nesse sentido, ancestralidade não deve ser interpretada como retorno idealizado ao passado. Constitui uma operação político-cultural pela qual memórias, experiências e saberes historicamente produzidos tornam-se referências para compreender o presente e projetar outras possibilidades de existência. Para mulheres negras surdas, esse processo envolve ainda o desafio de construir pontes entre memórias negras e memórias surdas, reconhecendo que ambas foram frequentemente produzidas em contextos de apagamento.

A literatura negra surda, a poesia sinalizada, o slam, as narrativas autobiográficas e as escrevivências assumem especial relevância nesse processo. Brito *et al.* (2021) analisam a produção poética de uma mulher negra surda como uma textualidade simultaneamente literária, política e epistêmica, mostrando que a criação artística pode denunciar violências e produzir conhecimentos que emergem da experiência vivida. Santos, Fernandes e Silva (2023), de modo convergente, identificam nas manifestações estéticas negras surdas estratégias de agência, resistência e fortalecimento das lutas identitárias.

Diante dessas questões, este artigo tem como objetivo analisar as experiências de mulheres negras surdas a partir das relações entre ancestralidade, interseccionalidade e territorialidades de (re)existência, problematizando os modos pelos quais raça, gênero, surdez, linguagem e territorialidade atravessam processos de constituição identitária, violência, pertencimento, resistência e produção de conhecimento. Trata-se de uma investigação bibliográfica fundamentada no conjunto de estudos selecionados sobre mulheres negras surdas, negros e negras surdas, feminismo negro, interseccionalidade, direitos linguísticos, literatura negra surda, colonialidade, educação e movimentos sociais.

Defende-se que compreender a mulher negra surda exige deslocar o olhar de concepções universalizantes de “mulher”, de

“pessoa negra” e de “pessoa surda”. Nenhuma dessas categorias, isoladamente, é suficiente para explicar a complexidade de trajetórias situadas na confluência entre diferentes regimes de poder. Mais do que sujeitos submetidos a múltiplas opressões, mulheres negras surdas devem ser reconhecidas como produtoras de linguagens, territorialidades, saberes, estéticas, memórias e estratégias políticas de (re)existência.

REFERENCIAL TEÓRICO

A interseccionalidade constitui uma das principais ferramentas teórico-analíticas para interpretar experiências marcadas pelo entrecruzamento de múltiplas relações de poder. Sua utilização impede que a desigualdade seja reduzida a uma única variável e possibilita compreender como diferentes estruturas produzem posições sociais específicas. No caso das mulheres negras surdas, essa abordagem é especialmente necessária porque não se trata de analisar separadamente uma mulher, uma pessoa negra e uma pessoa surda, mas uma experiência constituída simultaneamente nessas relações.

Campos e Bento (2022) sintetizam tal necessidade ao afirmar, já no título de sua pesquisa, que “nem todo surdo é igual”. A proposição aparentemente simples possui consequências teóricas profundas: a identificação linguístico-cultural pela surdez não elimina diferenças raciais, de gênero, classe, sexualidade, geração ou

territorialidade. Ao contrário, as comunidades surdas reproduzem e, ao mesmo tempo, reelaboram relações sociais existentes na sociedade mais ampla. O levantamento desenvolvido pelas autoras demonstra que os estudos sobre educação de surdos ainda apresentam lacunas expressivas quanto às relações étnico-raciais e aos atravessamentos interseccionais.

A homogeneização é problemática porque converte a surdez em marcador supostamente suficiente para explicar toda a experiência social do sujeito. Nessa lógica, diferenças internas à comunidade surda tendem a desaparecer. A pessoa pode ser reconhecida institucionalmente apenas como “surda”, enquanto sua experiência de racialização permanece sem nomeação. Campos e Bento (2022) observam justamente que estudantes negros surdos podem ser matriculados como surdos e tratados racialmente como negros nas interações cotidianas, mas sem terem garantidos processos educativos capazes de promover a compreensão crítica das duas dimensões.

A questão não se resolve pela simples adição de identidades. A interseccionalidade demonstra que diferentes estruturas alteram umas às outras. A experiência do racismo por uma mulher negra surda possui dimensões comunicacionais e linguísticas que não necessariamente estão presentes na experiência de uma mulher negra ouvinte. Da mesma maneira, o sexismo vivenciado por uma mulher negra surda não pode ser tomado como equivalente à experiência de

um homem negro surdo. A discriminação relacionada à surdez adquire, igualmente, outros contornos quando o corpo é racializado como negro.

Brito *et al.* (2021, p. 212) formulam essa especificidade ao relacionarem o debate às encruzilhadas interseccionais:

A mulher negra surda está em encruzilhada sendo atravessada por vias de sexismo, ouvintismo, patriarcado e claro, pelo racismo hiperelaborado. Esse lugar ímpar, exclusivo, não pode ser partilhado por homens negros surdos [...] outras mulheres surdas não negras [...] [ou] mulheres negras ouvintes.

A formulação evidencia que a encruzilhada não representa apenas quantidade maior de preconceitos. Ela configura uma posição social qualitativamente específica, produzida pela relação entre estruturas distintas.

A interseccionalidade também permite problematizar concepções universais de feminilidade. A categoria “mulher”, quando tomada abstratamente, pode ocultar profundas diferenças produzidas pela raça, classe, sexualidade, língua e corporeidade. Benevides, Macedo e Costa (2020), ao analisarem a educação de surdos sob a perspectiva do feminismo negro, ressaltam que identidade surda, gênero, sexualidade e classe social não devem ser discutidos como questões secundárias. A própria população surda é heterogênea e demanda abordagens capazes de reconhecer diferentes experiências.

O Feminismo Negro Surdo amplia essa discussão. Brito et al. (2021), ao dialogarem com o conceito de *Black Deaf Feminism*, salientam que a proposta procura ultrapassar análises baseadas em apenas duas identidades. Entre seus princípios estão a investigação das opressões interseccionais marginalizadas, a análise das desigualdades estruturais, a centralização das experiências de mulheres negras surdas e o reconhecimento das construções de raça, gênero e surdez como campos de resistência à branquitude, ao machismo estrutural, ao capacitismo e ao ouvintismo.

Silva *et al.* (2023) também deslocam a mulher negra da posição de objeto passivo de pesquisa. A agência ocupa papel central em sua abordagem, uma vez que identidades são produzidas nas relações e podem ser ressignificadas pela ação dos próprios sujeitos. A mulher negra surda não apenas recebe classificações sociais; ela interpreta, contesta, recusa, negocia e reconstrói essas classificações.

A ideia de identidade relacional é particularmente importante. Identidades não são substâncias imutáveis existentes desde o nascimento; formam-se em processos históricos de reconhecimento, conflito e negociação. Isso significa que a identificação enquanto mulher negra surda pode ser construída gradualmente, sobretudo quando o acesso às referências negras ou surdas ocorre de forma tardia.

Ferreira *et al.* (2022) evidenciam esse processo nas narrativas de mulheres negras surdas residentes em Maceió. As participantes relatam experiências em que racismo, machismo, capacitismo e preconceito linguístico não aparecem isoladamente. Uma das narrativas explicita a percepção de que cabelo crespo, condição de mulher e surdez produzem atravessamentos simultâneos em sua vida.

As narrativas mostram ainda que pertencimento não é condição automaticamente garantida pela inclusão formal em determinado grupo. A mulher pode estar presente na comunidade surda e ainda experimentar racismo; pode aproximar-se de movimentos negros e encontrar barreiras linguísticas; pode participar de espaços feministas e perceber que questões relativas à Libras e à cultura surda permanecem periféricas. Pertencer, portanto, implica reconhecimento recíproco e possibilidade efetiva de participação.

Santos, Fernandes e Silva (2023) analisam justamente a dificuldade de representação de pessoas negras surdas em movimentos que tradicionalmente trataram raça e surdez de forma pouco articulada. Para os autores, a interseccionalidade possibilita compreender que negros e negras surdos não representam simplesmente a soma entre dois sujeitos previamente constituídos, pois o entrecruzamento produz uma experiência social própria.

A noção de entrelugar contribui para essa interpretação. A partir de Bhabha, os autores compreendem os entrelugares como

espaços nos quais novas estratégias de subjetivação, colaboração e contestação tornam-se possíveis. Em vez de considerar a posição fronteiriça exclusivamente como ausência de pertencimento, torna-se possível reconhecê-la também como lugar de criação política e cultural. Segundo Bhabha (2014, p. 20 *apud* Santos; Fernandes; Silva, 2023, p. 126), os entrelugares fornecem terreno à elaboração de novas formas de subjetivação individual e coletiva.

Essa perspectiva é decisiva para o conceito de territorialidades de (re)existência adotado neste artigo. A mulher negra surda pode ocupar fronteiras entre comunidades e, precisamente nessas fronteiras, construir linguagens e práticas que questionam as categorias rígidas de pertencimento. A fronteira deixa de ser concebida exclusivamente como margem de exclusão e passa também a constituir espaço de produção de novos sentidos.

A experiência das mulheres negras surdas está inserida em uma história social marcada pela constituição colonial das hierarquias raciais, linguísticas e corporais. A colonialidade não desaparece com o término jurídico do colonialismo, pois permanece materializada em critérios de humanidade, normalidade, conhecimento, língua e civilização. Tais critérios definem quais corpos são socialmente valorizados e quais conhecimentos são considerados legítimos.

Santos e Rezende (2021) articulam explicitamente colonialidade, racismo e direitos linguísticos ao analisar os corpos de

peças negras surdas. Segundo os autores, a colonialidade implementa tecnologias de dominação que exploram e hierarquizam corpos, mantendo uma organização do sistema-mundo na qual determinados sujeitos são submetidos a padrões branco-ouvintistas.

Essa chave analítica permite compreender que racismo e ouvintismo possuem histórias próprias, mas podem articular-se. O racismo produz processos de inferiorização baseados na racialização dos corpos. O ouvintismo estabelece a experiência ouvinte como referência normativa e frequentemente posiciona a oralidade como padrão desejável de comunicação e existência. Quando essas estruturas se encontram, os efeitos não são simplesmente duplicados; constituem formas particulares de exclusão.

Santos e Rezende (2021) observam que corpo, raça, surdez, gênero e sexualidade não podem ser separados artificialmente. Ao dialogarem com epistemologias produzidas por intelectuais negras, mobilizam categorias de raça, gênero, sexualidade, território e classe para interpretar as formas de poder responsáveis pela negação dos direitos linguísticos e existenciais das pessoas negras surdas.

O conceito de ouvintismo permite identificar práticas que procuram ajustar os sujeitos surdos a modelos constituídos pela cultura majoritária ouvinte. Santos, Fernandes e Silva (2023) retomam essa discussão ao aproximar o ouvintismo dos processos de colonização dos corpos surdos e das formas de subordinação racial. A análise

interseccional impede que essa colonização linguística seja estudada sem levar em conta o corpo sobre o qual incide.

No âmbito da Libras, inclusive signos utilizados nas interações cotidianas podem participar da circulação de discursos racializados. Oliveira e Stella (2024), ao investigarem sinais empregados para designar pessoas brancas e negras, identificam uma assimetria: nos sinais referentes às pessoas brancas circulam valores relacionados à posição social dominante, enquanto sinais associados às pessoas negras podem integrar lógicas de produção e reprodução do racismo e da subalternização.

Esse resultado é importante porque demonstra que uma língua minoritária não se encontra fora das relações sociais de poder. Reconhecer a Libras como língua plena e elemento fundamental da cultura surda não significa considerá-la um espaço linguisticamente imune ao racismo. Línguas constituem-se historicamente e seus usos podem reproduzir ou contestar ideologias presentes na sociedade.

A mesma observação aplica-se às comunidades surdas. A experiência comum de discriminação linguística não elimina relações raciais internas. O próprio fato de pessoas surdas constituírem uma minoria linguística não impede a circulação de privilégios de branquitude e hierarquias relacionadas à raça e ao gênero.

O epistemicídio representa outra dimensão dessas violências. Ele se manifesta quando conhecimentos produzidos por determinadas

populações são desqualificados, interditados ou apagados. No caso das pessoas surdas, a privação linguística pode impedir não apenas a comunicação imediata, mas também o acesso à memória, à educação, à informação e à possibilidade de elaborar discursivamente a própria experiência.

Stumpf, Rezende-Curione e Souza (2024), em estudo de caso sobre Sônia, uma mulher negra surda, articulam epistemicídio surdo, privação linguística e violência. O trabalho mostra uma trajetória atravessada por condições limitadas de comunicação e por violências familiares e sociais, evidenciando que a falta de acesso linguístico adequado produz efeitos que ultrapassam a escolarização.

O caso é paradigmático porque evidência como a ausência de uma língua plenamente acessível pode restringir a capacidade de nomear acontecimentos, buscar ajuda, compreender direitos e produzir memória social. Quando essa condição incide sobre uma mulher negra, as relações raciais e de gênero ampliam a complexidade da violência, razão pela qual as autoras defendem uma abordagem interseccional.

A invisibilidade acadêmica também pode ser compreendida como dimensão do epistemicídio. Tavares (2026) observa que, mesmo após avanços dos estudos da surdez, experiências atravessadas por desigualdades raciais, de gênero e linguísticas permanecem pouco visíveis. O mapeamento da autora assinala uma produção restrita e

denuncia a hegemonia acadêmica que ainda dificulta o reconhecimento de mulheres negras surdas enquanto sujeitos do conhecimento.

Brito *et al.* (2021) chegam a falar em invisibilidade epistêmica ao analisar a ausência da mulher negra surda em diferentes campos. O problema não consiste somente em haver poucos textos. Também se relaciona aos referenciais empregados, às perguntas formuladas e às experiências consideradas dignas de análise acadêmica. Questões como maternidade, sexualidade, violência comunicacional, acesso à universidade, trabalho, saúde e afetividade permanecem insuficientemente investigadas quando se trata especificamente de mulheres negras surdas.

Dessa maneira, o combate ao epistemicídio depende da ampliação da produção científica, mas também da transformação da posição atribuída às próprias mulheres negras surdas no processo de pesquisa. É necessário deslocá-las da condição de fontes ocasionais de dados para reconhecê-las como produtoras de conceitos, narrativas, interpretações e epistemologias.

O corpo ocupa posição central na experiência social das mulheres negras surdas. É simultaneamente espaço de racialização, percepção visual, comunicação, memória, afeto e produção de identidade. As relações entre corpo, cabelo, cor da pele, gestualidade e língua permitem compreender que a identidade não se forma apenas

no plano abstrato das categorias sociais, mas se inscreve e se reelabora nas experiências corporais.

Ferreira *et al.* (2022) mostram como o cabelo aparece nas narrativas de mulheres negras surdas como marcador sobre o qual incidem discursos racializados. As participantes identificam a persistência da desvalorização social de características estéticas negras e relatam experiências nas quais cabelo crespo, raça, gênero e surdez se encontram.

A estética negra adquire, nesse cenário, dimensão política. O processo de valorização do cabelo negro pode representar ruptura com padrões estéticos de branquitude e reconstrução positiva da identidade. Não se trata de reduzir a identidade negra à aparência, mas de reconhecer que características corporais historicamente transformadas em justificativa para inferiorização podem ser ressignificadas como pertencimento e afirmação.

Essa dinâmica aparece de maneira particularmente forte na trajetória analisada por Oliveira e Oliveira (2024). O estudo apresenta a história de uma mulher negra surda cujo processo identitário foi atravessado por denominações racializadas, capacitistas e inferiorizantes, mas também por movimentos posteriores de reconhecimento de si.

Em determinado momento, a participante afirma:

No passado, eu escondia meu cabelo porque achava feio, porque as pessoas me julgavam. Com o passar do tempo, fiquei liberta. Minha identidade é demarcada pelo respeito à minha cor e ao meu gênero. [...] Hoje eu me acho linda, sei quem sou. Sou mulher-negra-surda. (Entrevistada Patrícia *apud* Oliveira; Oliveira, 2024, p. 16).

A narrativa demonstra que o reconhecimento identitário não surge de maneira automática. Ele pode ser precedido pela internalização de avaliações negativas sobre o próprio corpo. O racismo não atua apenas externamente, por meio de discriminações explícitas; sua eficácia social reside também na capacidade de produzir modelos estéticos, expectativas e formas de autopercepção.

O percurso de Patrícia evidencia, entretanto, que tais sentidos não são definitivos. O cabelo antes ocultado transforma-se em signo de afirmação. A identificação “mulher-negra-surda” passa a ser enunciada como síntese relacional de uma história de transformação. Nessa perspectiva, o corpo converte-se em território de disputa: lugar no qual discursos coloniais tentam se fixar, mas também lugar a partir do qual são produzidas rupturas.

A ancestralidade participa desse processo. Embora nem todos os artigos do corpus utilizem o conceito explicitamente, referências às raízes negras, aos movimentos de mulheres, à estética afro-diaspórica, à memória coletiva e à continuidade histórica das resistências

permitem reconhecer uma dimensão ancestral na constituição da identidade.

A compreensão da negritude não se restringe à identificação fenotípica. Ela envolve inserção em universos de saberes, histórias e raízes. Campos e Bento (2022) expressam esse argumento de forma particularmente elucidativa ao afirmarem que:

“Ser negro(a) surdo(a) não é somente a adição de uma característica física no sujeito, mas é a imersão em um universo de saberes e raízes que determinam a construção deste sujeito” (Campos; Bento, 2022, p. 16).

A noção de raízes permite aproximar identidade e ancestralidade. Tornar-se consciente da própria negritude significa ter acesso a histórias que frequentemente foram ausentes dos currículos, das instituições para surdos e dos espaços familiares. Tal ausência interfere profundamente nas possibilidades de autodefinição.

Quando uma criança ou jovem negra surda possui apenas referências adultas brancas em posições de autoridade, pode ter dificuldade de encontrar imagens positivas capazes de articular raça e surdez. Oliveira e Oliveira (2024) apontam que a participante de seu estudo não teve, em sua escolarização, modelos capazes de realizar essa intersecção. Os autores recordam que estudantes negros surdos são frequentemente ensinados por professores surdos brancos em instituições dirigidas majoritariamente por pessoas brancas ouvintes.

A representatividade, nesse caso, não pode ser entendida apenas como presença visual de uma pessoa negra. Ela envolve possibilidade de compartilhamento de experiências, reconhecimento linguístico, circulação de saberes e produção de perspectivas que não coloquem a branquitude como norma silenciosa.

A dimensão histórica da ancestralidade também aparece nos movimentos sociais. Santos e Rezende (2021) reconhecem nas lutas contemporâneas continuidades das resistências construídas por gerações anteriores, especialmente pelas mulheres negras. Nessa leitura, a ancestralidade constitui uma tecnologia política de memória: permite conectar enfrentamentos atuais a uma longa história de produção de liberdade.

Para mulheres negras surdas, recuperar essa continuidade demanda acessibilidade linguística. Histórias negras registradas prioritariamente em português oral ou escrito podem permanecer distantes de sujeitos que tiveram trajetórias educacionais marcadas por privação linguística ou acesso insuficiente ao português. A tradução, produção e circulação desses conhecimentos em Libras tornam-se, portanto, dimensões fundamentais do direito à memória.

O território-corpo surdo acrescenta outra particularidade. Na Libras, o corpo participa diretamente da produção linguística. Mãos, movimentos, expressões faciais, direcionamento do olhar, espaço e postura corporal constituem elementos da enunciação. Dessa maneira,

o corpo historicamente racializado e generificado é também corpo que produz linguagem. A possibilidade de narrar em Libras a experiência negra feminina transforma esse corpo em suporte ativo da memória e do conhecimento.

A utilização da categoria territorialidade no plural permite compreender que mulheres negras surdas se constituem em diferentes espaços que se sobrepõem e se transformam mutuamente. Há uma territorialidade física e geográfica, relacionada ao lugar onde se vive; uma territorialidade comunitária, constituída pelas redes surdas e negras; uma territorialidade linguística, produzida pelo uso da Libras; uma territorialidade corporal; e uma territorialidade política, constituída por movimentos de reivindicação e resistência.

Os estudos realizados na Amazônia Tocantina oferecem contribuição decisiva para essa discussão. Siqueira e Oliveira (2026) analisam as escrevivências de uma mulher negra surda no contexto de Igarapé-Miri, no Pará. A trajetória envolve experiências educativas, aquisição da Libras, participação no movimento surdo e processos de construção identitária. A pesquisa rompe com abordagens desterritorializadas, pois evidencia que a experiência da mulher negra surda é produzida em relações concretas com condições sociais, culturais e políticas de determinado território.

Igarapé-Miri não aparece simplesmente como cenário no qual os acontecimentos ocorrem. O território participa das relações que

tornam possíveis determinados encontros, deslocamentos, movimentos comunitários e processos educativos. A inserção no movimento surdo, por exemplo, possibilita ampliar redes sociais, adquirir referências e reinterpretar experiências anteriormente vividas de forma individual.

Siqueira e Pinto (2025) demonstram igualmente a centralidade do movimento surdo no processo de ressignificação identitária. A participação política permite questionar imagens negativas relacionadas às mulheres negras e surdas, produzir outros vínculos comunitários e fortalecer a autoestima e o reconhecimento de si.

A atuação militante constitui, portanto, forma de territorialização política. O movimento cria um espaço no qual indivíduos que antes vivenciavam determinadas experiências isoladamente podem reconhecê-las como questões coletivas. Esse deslocamento é fundamental: uma discriminação compreendida como problema individual passa a ser interpretada como manifestação de estruturas sociais.

Todavia, o movimento surdo não é automaticamente espaço livre do racismo. Da mesma forma, o movimento negro não é automaticamente acessível linguisticamente às pessoas surdas. É precisamente nessa tensão que as territorialidades de (re)existência são construídas.

Brito *et al.* (2021) afirmam que a mulher negra surda pode encontrar um profundo vazio entre o movimento negro organizado, o feminismo negro e o movimento surdo. Esse “não-lugar” pode ser interpretado territorialmente: trata-se da dificuldade de encontrar um espaço político previamente constituído que reconheça integralmente sua experiência.

Entretanto, a ausência de um território previamente disponível não implica ausência de ação. Mulheres negras surdas constroem novos espaços de pertencimento por meio de redes, coletivos, produções artísticas, encontros, associações, universidades e ambientes digitais. A territorialidade é, assim, produzida pela ação.

Santos, Fernandes e Silva (2023) ressaltam que sujeitos negros surdos transitam entre diferentes marcadores e que a insurgência dos movimentos sociais torna visíveis identidades antes presentes, porém pouco representadas. Esse trânsito desafia a concepção de comunidades homogêneas e produz novas articulações políticas.

O território linguístico constitui outra dimensão fundamental. A Libras não é apenas instrumento de tradução do mundo ouvinte; é língua na qual relações sociais, conhecimentos, memórias e subjetividades podem ser constituídos. O acesso à Libras transforma possibilidades de participação e pertencimento.

A pesquisa de Miranda (2019) recupera estudos que identificaram situações de vulnerabilidade linguística entre pessoas

negras surdas, relacionando-as a dificuldades de acesso a direitos e a condições sociais precárias. Esses resultados evidenciam que nem todas as pessoas surdas possuem as mesmas condições de acesso precoce e pleno à língua de sinais.

A desigualdade linguística também possui dimensão territorial. Em regiões distantes de grandes centros urbanos, a disponibilidade de escolas bilíngues, profissionais surdos, intérpretes e espaços de convivência em Libras pode ser reduzida. As experiências amazônicas analisadas por Siqueira e Oliveira (2026) mostram justamente como encontros com a comunidade surda e com a língua de sinais podem alterar a trajetória identitária.

Isso não autoriza uma leitura que considere os territórios periféricos exclusivamente pela falta. A Amazônia Tocantina aparece também como espaço de produção de conhecimento, movimento social, identidade e escrivência. A própria existência do estudo desloca epistemologicamente o centro da produção acadêmica, tornando visíveis experiências constituídas fora dos eixos tradicionalmente privilegiados.

A territorialidade digital amplia ainda mais esses espaços. Produções em vídeo, redes sociais, literatura sinalizada e performances permitem que mulheres negras surdas compartilhem narrativas para além dos limites geográficos imediatos. O território digital não elimina desigualdades, mas cria possibilidades inéditas de

circulação da Libras e de encontro entre sujeitos que compartilham experiências interseccionais.

A produção literária e artística ocupa posição estratégica na constituição das territorialidades de (re)existência. Literatura, poesia sinalizada, slam e narrativas autobiográficas permitem transformar experiências pessoais em discursos coletivamente compartilháveis. Nessas práticas, denunciar uma violência e afirmar uma identidade podem constituir movimentos simultâneos.

Brito *et al.* (2021) analisam a literatura negra surda a partir das interseccionalidades e violências que atravessam corpos de mulheres negras surdas. O trabalho propõe reconhecer textualidades corporais como produções teórico-literário-políticas legítimas e destaca a poesia como espaço no qual experiências frequentemente invisibilizadas podem adquirir forma pública.

A relevância dessa proposição reside no deslocamento do próprio conceito de texto. Em culturas surdas, produções literárias podem circular em vídeos sinalizados e performances corporais, não sendo dependentes da escrita alfabética. A língua de sinais e o corpo tornam-se suportes de uma produção estética cuja materialidade é visual e espacial.

Santos, Fernandes e Silva (2023) identificam nas manifestações artísticas negras surdas formas de ativismo. Poesia,

narrativas e produções visualiterárias operam como estratégias de circulação de experiências e fortalecimento de lutas identitárias.

O ativismo permite romper a separação rígida entre arte e política. A performance artística não apenas representa uma identidade existente; participa ativamente de sua produção. Quando uma mulher negra surda sinaliza poeticamente suas experiências de racismo, gênero e surdez, produz uma narrativa sobre si e, simultaneamente, intervém nos discursos sociais disponíveis para nomeá-la.

A produção poética analisada por Brito *et al.* (2021) aproxima-se do Feminismo Negro Surdo porque transforma a experiência vivida em fonte de elaboração conceitual. Os autores defendem que textos poéticos surdos devem ser compreendidos também como produções intelectuais e epistêmicas.

Essa perspectiva é particularmente importante para uma concepção de ancestralidade que não se restrinja aos registros escritos. Memórias de comunidades historicamente submetidas a processos de apagamento frequentemente circulam por narrativas orais, corporais, visuais, estéticas e performáticas. No caso das comunidades surdas, o videorregistro permite conservar e transmitir discursos produzidos em língua de sinais.

A escrevivência, utilizada por Siqueira e Oliveira (2026), aproxima vida, experiência e escrita/narrativa. As histórias não aparecem como simples ilustrações de teorias previamente

construídas; tornam-se materiais epistemológicos capazes de revelar relações sociais a partir de uma localização concreta. A mulher negra surda deixa de ser objeto descrito por terceiros e assume posição de narradora de processos de identidade, resistência e protagonismo.

Tal mudança possui implicações metodológicas e políticas. A valorização de narrativas de vida reconhece que sujeitos historicamente silenciados detêm conhecimentos sobre estruturas sociais que não são plenamente acessíveis por abordagens distanciadas de suas experiências.

Ferreira *et al.* (2022) utilizam entrevistas narrativas justamente para identificar discursos que atravessam e constituem mulheres negras surdas. As narrativas evidenciam racismo estrutural, capacitismo e discriminação de gênero, mas também processos de autoconhecimento e reexistência.

A poesia e as narrativas também podem produzir memória coletiva. Uma experiência que poderia permanecer circunscrita à vida de uma mulher, quando narrada publicamente, passa a integrar um repertório compartilhado. Outras mulheres podem reconhecer semelhanças, diferenças e possibilidades de enfrentamento.

A análise da poética de Yanna Porcino realizada por Cruz e Rodrigues (2025) amplia ainda mais a compreensão das diferenças internas às identidades surdas. As autoras analisam uma produção que articula surdez, negritude, lesbianidade e feminismo, demonstrando

que a literatura surda contemporânea pode tornar visíveis intersecções que perspectivas universalizantes tendem a apagar.

A produção artística transforma-se, desse modo, em território no qual identidades historicamente fragmentadas podem ser narradas de forma integrada. É possível ser simultaneamente negra, surda, mulher, lésbica, periférica, artista e militante sem que uma dessas dimensões precise ser escolhida como identidade exclusiva.

A literatura negra surda também tensiona a própria universidade. Se os conhecimentos acadêmicos foram historicamente construídos privilegiando determinados gêneros textuais, línguas e sujeitos, reconhecer uma poesia sinalizada como produção epistemológica exige ampliar os critérios pelos quais o conhecimento é legitimado.

Brito *et al.* (2021) chamam atenção para a escassez de pesquisas sobre violências sofridas por mulheres negras surdas e defendem que as produções poéticas dessas mulheres sejam consideradas fontes legítimas de saber. A arte torna visível aquilo que determinados instrumentos institucionais não registraram.

Nesse sentido, memória, literatura e ancestralidade se aproximam. A ancestralidade não permanece imóvel no passado; é atualizada em novas linguagens e suportes. O vídeo em Libras, o slam e as redes sociais tornam-se modos contemporâneos de manter vivas histórias, estéticas e resistências negras e surdas.

A educação constitui um dos territórios mais importantes na construção da identidade de mulheres negras surdas. É nesse espaço que podem ocorrer acesso à Libras, contato com outros sujeitos surdos, circulação de referências negras, construção do conhecimento histórico e desenvolvimento de instrumentos para compreensão crítica das desigualdades. Entretanto, a escola também pode reproduzir silenciamentos.

Campos e Bento (2022) observam que temas relacionados à história e às culturas negras ainda chegam de forma insuficiente às comunidades escolares surdas. Apesar da existência de legislação destinada ao ensino de história e cultura afro-brasileira, estudantes negros surdos podem permanecer afastados desses conteúdos ou acessá-los de maneira episódica.

A consequência desse silenciamento é significativa. Sem referências que permitam compreender o racismo, determinados acontecimentos podem ser interpretados apenas como conflitos individuais ou exclusivamente como discriminação relacionada à surdez. Miranda (2019), ao recuperar pesquisas anteriores, registra situações em que participantes negros surdos apresentaram dificuldades de reconhecer práticas racistas ou de diferenciá-las de outras formas de exclusão.

A educação antirracista de estudantes surdos exige, portanto, acessibilidade linguística e curricular. Não basta inserir conteúdos

sobre relações étnico-raciais em materiais produzidos exclusivamente em português. É necessário assegurar que os debates sejam construídos em Libras e contemplem a experiência negra surda.

Campos e Bento (2022) recuperam estudos segundo os quais o afastamento de sujeitos surdos negros dos movimentos negros pode ser tão intenso que alguns sequer possuem conhecimento dessas organizações. A falta de acesso linguístico compromete, assim, tanto a formação escolar quanto a participação política.

O problema se estende ao ensino superior. Santos e Fernandes (2021) analisam o acesso de estudantes negros surdos a cursos de graduação em Letras Libras e evidenciam a necessidade de articular relações étnico-raciais e surdez no estudo das trajetórias universitárias. O trabalho demonstra que a expansão institucional da educação de surdos não deve ser analisada sem considerar quem consegue efetivamente ocupar esses espaços.

A presença de pessoas surdas no ensino superior cresceu após políticas de reconhecimento da Libras e ampliação dos cursos de Letras Libras, mas desigualdades raciais persistem. Tratar “estudantes surdos” como uma população homogênea pode ocultar diferenças de acesso relacionadas à raça, renda, região e trajetória escolar.

A educação também possui papel decisivo na construção de modelos identitários. Oliveira e Oliveira (2024) mostram que a ausência de referências capazes de articular negritude e surdez afetou

o processo de reconhecimento identitário da participante de sua pesquisa.

Ter professores surdos representa importante referência linguística e cultural, mas a diversidade racial desses profissionais também deve ser considerada. A criança negra surda precisa poder reconhecer a possibilidade de ser simultaneamente negra e surda sem que uma dessas dimensões seja silenciada.

O Feminismo Negro Surdo contribui para repensar essa formação. Oliveira Júnior e Santos, ao analisarem o feminismo negro surdo no contexto da educação inclusiva, argumentam que a comunidade surda não é homogênea e que intersecções de surdez, etnia/raça, gênero e sexualidade devem ser consideradas na construção de práticas educacionais.

Benevides, Macedo e Costa (2020) chegam a conclusão semelhante ao mostrar a reduzida quantidade de estudos relacionando gênero, feminismo negro e educação de surdos. A baixa presença do tema na produção científica repercute na formação docente e na disponibilidade de materiais pedagógicos.

A escola precisa, portanto, ultrapassar uma educação bilíngue compreendida apenas como organização entre Libras e português escrito. A educação bilíngue deve também ser antirracista, intercultural e sensível às relações de gênero. Reconhecer a língua sem reconhecer os sujeitos que a utilizam produz uma inclusão incompleta.

As desigualdades interseccionais prolongam-se para além da escolarização. O acesso ao mercado de trabalho demonstra como gênero, raça, surdez, escolaridade e comunicação produzem barreiras concretas à autonomia econômica.

Souza, Alves e Dombroski (2021) analisam especificamente o acesso da mulher negra surda ao mercado de trabalho e destacam a combinação entre preconceito, racismo, discriminação, baixa escolarização, falta de qualificação e barreiras comunicacionais.

A inserção profissional não depende apenas de possuir uma formação formal. Processos seletivos, entrevistas, treinamentos, comunicação no ambiente de trabalho e possibilidades de progressão profissional podem reproduzir exclusões quando não há acessibilidade linguística.

No caso das mulheres negras surdas, preconceitos raciais e de gênero podem produzir expectativas reduzidas sobre competência e capacidade profissional. A surdez adiciona barreiras comunicacionais que frequentemente são interpretadas pelo mercado como limitações individuais, embora sejam produzidas pela ausência de condições acessíveis.

Souza, Alves e Dombroski (2021) enfatizam que a marginalização da mulher negra surda está vinculada também à insuficiência de políticas públicas e de pesquisas capazes de

caracterizar suas condições concretas de escolarização, renda, qualificação, acesso e permanência no trabalho.

A autonomia econômica deve, assim, ser inserida no debate das territorialidades de (re)existência. O trabalho constitui território no qual reconhecimento e desigualdade são negociados diariamente. A conquista de uma ocupação não elimina automaticamente o racismo, o sexismo e o ouvintismo presentes nas relações profissionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida permite concluir que as experiências de mulheres negras surdas não podem ser compreendidas por abordagens que isolem gênero, raça ou surdez. A interseccionalidade evidencia que racismo, sexismo, patriarcado, ouvintismo, capacitismo, colonialidade e desigualdades socioeconômicas relacionam-se de formas específicas, produzindo condições particulares de reconhecimento, exclusão e pertencimento.

A produção acadêmica analisada revela avanços importantes, especialmente com a emergência de pesquisas que centralizam narrativas, histórias de vida, literatura negra surda, escrituras e experiências territoriais. Todavia, permanece evidente a escassez de estudos sobre mulheres negras surdas, situação que não pode ser dissociada dos mecanismos históricos de invisibilização epistêmica. Os levantamentos realizados por Miranda (2019), Campos e Bento

(2022) e Tavares (2026) demonstram a necessidade de ampliar esse campo investigativo.

A interseccionalidade mostrou-se necessária justamente porque a identidade surda não constitui experiência homogênea. Mulheres negras surdas vivem situações que não podem ser integralmente compartilhadas por homens negros surdos, mulheres surdas brancas ou mulheres negras ouvintes. A encruzilhada de raça, gênero e surdez cria posições sociais específicas e demanda referenciais igualmente específicos.

A discussão sobre ancestralidade demonstrou que essa categoria se manifesta no corpus sobretudo por meio de referências às raízes, à memória, ao corpo, ao cabelo, à estética negra, às lutas transmitidas entre gerações, aos movimentos sociais e à produção cultural. Ancestralidade, assim compreendida, não corresponde a uma imagem imóvel do passado, mas a uma forma de produção de continuidade entre memória e ação contemporânea.

Nesse processo, o corpo negro surdo torna-se território. Nele inscrevem-se discursos racistas, sexistas e ouvintistas, mas também se constroem linguagens e práticas de resistência. A ressignificação do cabelo e da estética negra observada nas narrativas analisadas demonstra como sentidos anteriormente associados à vergonha podem transformar-se em orgulho, reconhecimento e pertencimento.

A Libras possui papel central nessa constituição. O acesso linguístico não representa somente direito comunicacional, pois participa da formação da subjetividade, da construção da memória, da participação política e do acesso aos demais direitos sociais. A privação linguística, inversamente, pode ampliar vulnerabilidades, restringir a possibilidade de denúncia e produzir formas de epistemicídio.

As territorialidades de (re)existência revelaram-se múltiplas. Elas se encontram no corpo, na língua, na escola, na universidade, no movimento social, na arte, no trabalho, nas redes digitais e nos territórios geográficos. As experiências produzidas na Amazônia Tocantina demonstram de modo particularmente significativo que território não é cenário passivo, mas elemento participante da constituição identitária e política.

A literatura negra surda e as escrituras constituem outras territorialidades fundamentais. Quando a poesia sinalizada, os videoregistros e as narrativas de vida são reconhecidas como produções legítimas de conhecimento, altera-se a própria definição de quem pode produzir epistemologia. Mulheres negras surdas deixam de ser apenas objetos da representação acadêmica e tornam-se autoras de discursos sobre a própria existência.

Também se evidenciou que os movimentos sociais constituem territórios ambivalentes. Ao mesmo tempo em que possibilitam

reconhecimento, mobilização e pertencimento, podem reproduzir silenciamentos quando organizados a partir de uma única dimensão identitária. O movimento surdo precisa incorporar de maneira sistemática o debate racial e de gênero, enquanto os movimentos negros e feministas necessitam garantir acessibilidade linguística e reconhecer as especificidades culturais das mulheres surdas.

A educação ocupa posição estratégica para a transformação desse cenário. Uma educação de surdos comprometida apenas com o reconhecimento da Libras permanece insuficiente se não problematiza racismo, gênero, ancestralidade e desigualdade. Da mesma maneira, uma educação antirracista que não garanta acesso linguístico em Libras não alcança plenamente estudantes negros surdos.

Assim, políticas e práticas destinadas às mulheres negras surdas devem ser formuladas de maneira interseccional desde sua concepção, e não adaptadas posteriormente. Educação, saúde, trabalho, cultura, justiça e participação política demandam condições de acessibilidade que considerem simultaneamente os direitos linguísticos, as relações raciais, as desigualdades de gênero e as diferentes territorialidades.

Conclui-se, finalmente, que falar de mulheres negras surdas implica deslocar o foco da invisibilidade para a produção de presença. Reconhecer as violências estruturais permanece indispensável, mas a análise não pode encerrar essas mulheres na condição de vítimas. Elas

produzem literatura, memória, militância, conhecimento, pedagogias, identidades e redes de solidariedade. São essas práticas que transformam espaços historicamente marcados pelo silenciamento em territorialidades de (re)existência.

A mulher negra surda, nessa perspectiva, não ocupa apenas a intersecção de diferentes opressões. Ocupa também a intersecção de diferentes potências: a ancestralidade negra, a experiência visual surda, a língua de sinais, o conhecimento produzido a partir do corpo, a ação coletiva, a criação artística e a capacidade política de reconstruir os sentidos atribuídos à própria existência.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Silvia Lúcia Lopes; MACEDO, Yuri; COSTA, Daniela Adlay de Arruda. Educação de surdos numa perspectiva do Feminismo Negro. **Revista Odisseia**, Natal, v. 5, n. 1, p. 40-59, 2020. DOI: <https://doi.org/10.21680/1983-2435.2020v5n1ID19796>. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/odisseia/article/view/19796>. Acesso em: 10 jul. 2026.

BRITO, Ires dos Anjos; MEDEIROS, Jonatas Rodrigues; BENTO, Nanci Araújo; RODRIGUES, Nayara. Que corpo é esse? Literatura negra surda, interseccionalidades e violências. **ODEERE: Revista Internacional de Relações Étnicas**, v. 6, n. 1, p. 209-232, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22481/odeere.v6i01.8533>. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/odeere/article/view/8533>. Acesso em: 15 jul. 2026.

CAMPOS, Sandra Regina Leite de; BENTO, Nanci Araújo. Nem todo surdo é igual: discussões interseccionais preliminares na

educação de surdos. **D.E.L.T.A.: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 1-18, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-460X202257202>.

Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/57202>. Acesso em: 22 jul. 2026.

CRUZ, Daniela de Carvalho; RODRIGUES, Rejane Lopes. A interseccionalidade de uma mulher surda, negra, lésbica e feminista na poética de Yanna Porcino. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 63, p. 223-236, jul./dez. 2025. DOI:

<https://doi.org/10.20395/revesp.2025.63.1.223-236>. Disponível em:

<https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-espaco/article/view/1955>.

Acesso em: 28 jul. 2026.

FERREIRA, Charliane Oliveira; SILVA, Samara Louise da Cunha; OLIVEIRA, Carlos Alberto Mathias de; STELLA, Paulo Rogério.

Resistir para existir: uma análise de narrativas de mulheres surdas e negras sobre suas (re)existências. **Revista Gatilho**, Juiz de Fora, v. 23, p. 126-147, 2022. DOI: <https://doi.org/10.34019/1808-9461.2022.v23.38325>. Disponível em:

<https://periodicos.ufjf.br/index.php/gatilho/article/view/38325>.

Acesso em: 31 jul. 2026.

MIRANDA, Viviane Marques. Surdez com recorte racial: estado da arte no Brasil de 2012-2017. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 32, e13, p. 1-22, 2019. DOI:

<https://doi.org/10.5902/1984686X28229>. Disponível em:

<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/28229>.

Acesso em: 2 ago. 2026.

OLIVEIRA, Carlos Alberto Matias de; STELLA, Paulo Rogério. A cor do sinal: circulação de discursos racistas em sinais da Libras.

Trabalhos em Linguística Aplicada, Campinas, v. 63, n. 3, p. 508-525, set./dez. 2024. DOI:

<https://doi.org/10.1590/01031813v63320248676265>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/tla/a/pp7Ctxk5ZFJJ5s6CKRyKbzb/>. Acesso em: 5 ago. 2026.

OLIVEIRA JÚNIOR, Ailton Paulo de; OLIVEIRA SANTOS, Eliana Rosa de. O feminismo negro surdo na educação inclusiva. Revincluso: **Revista Inclusão & Sociedade**, v. 2, n. 1, 2023. DOI: <https://doi.org/10.36942/revincluso.v2i1.848>. Disponível em: <https://periodicos.ufabc.edu.br/index.php/revincluso/article/view/848>. Acesso em: 8 ago. 2026.

OLIVEIRA, Waldma Máira Menezes de; OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. A integralidade do ser de uma mulher-negra-surda: rupturas com a opressão colonial do ser surdo. **Revista de Estudos Interdisciplinares**, v. 6, n. 3, p. 1-21, 2024. DOI: <https://doi.org/10.56579/rei.v6i3.1561>. Disponível em: <https://revistas.ceeinter.com.br/revistadeestudosinterdisciplinar/article/view/1561>. Acesso em: 12 ago. 2026.

SANTOS, Ícaro Augusto; REZENDE, Tânia Ferreira. Letramentos dos corpos: direitos linguísticos e existenciais das pessoas negras surdas. **Educação**, Santa Maria, v. 46, n. 1, e104, p. 1-23, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5902/1984644464791>. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/64791>. Acesso em: 17 ago. 2026.

SANTOS, Rhaul de Lemos; FERNANDES, Sueli de Fátima. Negros/as surdos/as: um estudo sobre o acesso a cursos de graduação em Letras Libras. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, v. 26, 2021. DOI: <https://doi.org/10.24220/2318-0870v26e2021a5339>. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reeducacao/article/view/5339>. Acesso em: 10 jul. 2026.

SANTOS, Rhaul de Lemos; FERNANDES, Sueli de Fátima; SILVA, Paulo Vinicius Baptista da. Negros/as surdos/as: reflexões sobre interseccionalidades e resistências. **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v.

26, n. 1, p. 121-139, jan./abr. 2023. DOI: <https://doi.org/10.15210/rle.v26i1.6754>. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/rle/article/view/25728>. Acesso em: 15 jul. 2026.

SILVA, Aline Gomes da; OLIVEIRA, Luiza Rodrigues de; LIMA, Fátima; MONTEIRO, Ana Claudia Lima. Interseccionalidade e identidade: raça, gênero e surdez pela agência de mulheres negras. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 16, edição especial, p. 449-472, 2023. DOI: <https://doi.org/10.31418/2177-2770.2023.v16.c.1.p.449-472>. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1634>. Acesso em: 22 jul. 2026.

SIQUEIRA, Renata Ferreira; OLIVEIRA, Waldma Maíra Menezes de. Contextos educativos e movimento social surdo: escrevivências de uma mulher-negra-surda na Amazônia Tocantina. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 21, e26269, p. 1-18, 2026. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.21.26269.023>. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/26269>. Acesso em: 28 jul. 2026.

SIQUEIRA, Renata Ferreira; PINTO, Benedita Celeste de Moraes. O ressignificar-se da mulher-negra-surda no movimento surdo, no município de Igarapé-Miri/PA. **ARACÊ**, São José dos Pinhais, v. 7, n. 5, p. 21703-21720, 2025. DOI: <https://doi.org/10.56238/arev7n5-042>. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/4831>. Acesso em: 31 jul. 2026.

SOUZA, Silvieli Cristina da Silva; ALVES, Vanessa Cristina; DOMBROSKI, Simone Gardes. A mulher negra e surda e o acesso ao mercado de trabalho. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 5, p. 50023-50028, maio 2021. DOI: <https://doi.org/10.34117/bjdv7n5-414>. Disponível em:

<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/30019>. Acesso em: 2 ago. 2026.

STUMPF, Marianne Rossi; REZENDE-CURIONE, Patrícia Luiza Ferreira; SOUZA, Joyce Cristina. Epistemicídio surdo, privação e violência linguística: estudo de caso de Sônia, uma mulher negra surda. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 60, p. 94-106, jan./jun. 2024. DOI: <https://doi.org/10.20395/revesp.2024.60.1.94-106>. Disponível em: <https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-espaco/article/view/1783>. Acesso em: 5 ago. 2026.

TAVARES, Andreia. Interseccionalidade e invisibilidade: um mapeamento das pesquisas sobre mulheres negras surdas. **READ: Revista de Estudos Anarquistas e Decoloniais**, v. 6, n. 2, 2026. DOI: <https://doi.org/10.59488/6311>. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/read/article/view/71994>. Acesso em: 8 ago. 2026.